

DIREITOS FUNDAMENTAIS

2º Ano/I Ciclo de Estudos

Época de recurso

31 de Agosto de 2020

Duração — 2 horas

Grupo I

Responda somente a *três* das questões que lhe são colocadas.

Distinga, sucintamente, e dê a noção de:

- (a) Direitos fundamentais e políticas públicas de direitos fundamentais; 3,0
- (b) Direitos individuais e bens colectivos; 2,0
- (c) Delimitação e restrição de Direitos Fundamentais; 4,0
- (d) Proibição do excesso e proibição da omissão e/ou insuficiência na delimitação de direitos fundamentais.

Grupo II

Analise o seguinte texto, respondendo, fundamentadamente, a apenas *duas* das questões que lhe são colocadas.

“As normas de princípio correspondem a mandatos de optimização que podem ser cumpridos em diferente medida. A medida do respectivo cumprimento depende não só de possibilidades fácticas, mas também jurídicas. Estas normas têm tendência para a optimização, sem que por isso se encontrem sujeitas a um conteúdo determinado. São necessariamente susceptíveis de ponderação”. (...) Quando os Direitos Fundamentais representam normas de princípio com tendência para a optimização, o Tribunal Constitucional Federal encontra-se obrigado a dotá-los de validade e conteúdo normativo”.

E.-W. BÖCKENFÖRDE, *Grundrechte als Grundstatznormen. Zur gegenwärtige*

Lage der Grundrechtsdogmatik, in: E.-W. BÖCKENFÖRDE, "Staat, Verfassung, Demokratie", Francoforte sobre o Meno, 2ª ed., 1992, p. 196.

1. Como interpreta a afirmação do autor de que os direitos fundamentais se podem apresentar como normas de princípio que correspondem a mandatos de optimização? A que tipo de direitos se refere? Justifique com exemplos estudados.
2. A que possibilidades fácticas e jurídicas se refere o autor no que concerne à medida do cumprimento dos direitos em presença? Justifique com exemplos estudados.
3. E se se tratar de um direito fundamental sem reserva de lei, opera, de igual modo, o recurso ao princípio da ponderação? Justifique com exemplos estudados.

Informação

1. Cotação: Grupo I, 10,5 valores a dividir por três questões (3,5 valores); Grupo II, 9,5 valores a dividir por duas questões (4,75 valores).
2. Na classificação do teste escrito serão especialmente valoradas a qualidade das respostas dadas, bem como a qualidade das hipóteses levantadas na resolução das mesmas.
3. É admitida a consulta de legislação e de jurisprudência.